

Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal

Anexo

Março de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação.....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6	Ativos Intangíveis.....	11
7	Locações	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Inventários.....	12
10	Rédito	12
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	12
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	13
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	13
14	Imposto sobre o Rendimento	13
15	Benefícios dos empregados.....	13
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
17	Outras Informações.....	14
17.1	Investimentos Financeiros.....	15
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
17.3	Créditos a receber	16
17.4	Outros ativos correntes.....	16
17.5	Diferimentos	17
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
17.7	Fundos Patrimoniais.....	17
17.8	Fornecedores.....	17
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	18
17.10	Outros Passivos Correntes.....	18
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	18
17.12	Fornecimentos e serviços externos.....	18
17.13	Outros rendimentos	19
17.14	Outros gastos	19

17.15 Resultados Financeiros	20
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	20

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Irmandade, com sede em Rua Dr. Armando Gonsalves, nº83, 3140-574 Tentúgal, concelho de Montemor-o-Velho.

Está registada como Instituição Particular de Solidariedade Social na Direção Geral da Segurança Social, no Livro nº 1 das Irmandades da Misericórdia, sob o nº 3/85, a fls. 187 Verso e 188. É reconhecida de utilidade pública, nos termos do artº. 8º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83, de 25 de Fevereiro.

A Instituição tem como atividade prosseguir os objetivos definidos no nº1, do artigo 3º do seu Compromisso:

- “Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo;
- Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- Apoio à família e comunidade em geral;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- Habitação e turismo social;
- Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- Atividade agrícola.”

31/03/2017
[Handwritten signature]

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações contempladas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

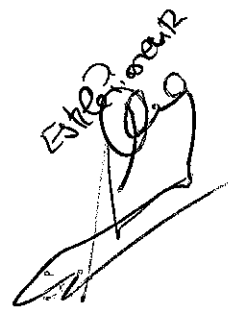
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura



conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Estados
Financeiros

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	10-8-7-5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8-7-5-3
Outros Ativos fixos tangíveis	8-7

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não aplicável

Está em linha


3.2.3 Propriedades de Investimento

Não aplicável

3.2.4 Ativos Intangíveis

Não aplicável

3.2.5 Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados ao custo de aquisição

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição, acrescido de despesas associadas.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como

resultado:

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio; e
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram

13/03/2017
Armando Gonsalves



com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “créditos a receber” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das possíveis Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Não aplicável.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Não aplicável.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Valor a pagar em janeiro, referente a Contribuições para a Segurança Social e Retenção de impostos sobre rendimentos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos TangíveisOutros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	173,87					173,87
Edifícios e outras construções	591 555,35			-381,73		591 173,62
Equipamento básico	143 839,39	9.182,29		-2.835,29		150 186,39
Equipamento de transporte	65 764,68	45.966,00	-9.886,43			101 844,25
Equipamento administrativo	30 682,32					30 682,32
Outros Ativos fixos tangíveis	6 918,36					6 918,36
Total	838 933,97	55.148,29	-9.886,43	-3.217,02	0,00	880 978,81
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	316 287,01	29.411,61		-30,52		345 668,10
Equipamento básico	115 457,63	8.760,98		-354,41		123 864,20
Equipamento de transporte	59 914,68	17.341,50	-9.886,43			67 369,75
Equipamento administrativo	26 728,58	1.385,16				28 113,74
Outros Ativos fixos tangíveis	2 894,10	831,92				3 726,02
Total	521 282,00	57.731,17	-9.886,43	-384,93	0,00	568 741,81

5/3/2017
 [Handwritten signature]

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	173,87	50.000,00				50 173,87
Edifícios e outras construções	591 173,62			30.838,29		622 011,91
Equipamento básico	150 186,39	3.836,70				154 023,09
Equipamento de transporte	101 844,25					101 844,25
Equipamento administrativo	30 682,32		-184,50			30 497,82
Outros Ativos fixos tangíveis	6 918,36	1.281,48				8 199,84
Total	880 978,81	55.118,18	-184,50	30.838,29	0,00	966 750,78
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	345 668,10	30.028,38				375 696,48
Equipamento básico	123 864,20	7.921,97				131 786,17
Equipamento de transporte	67 369,75	11.491,50				78 861,25
Equipamento administrativo	28 113,74	1.178,02	-184,50			29 107,26
Outros Ativos fixos tangíveis	3 726,02	1.003,28				4 729,30
Total	568 741,81	51.623,15	-184,50	0,00	0,00	620 180,46

6 Ativos Intangíveis

Não aplicável.

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 142,25	40 546,47	0,00	1 009,33	42 834,51	0,00	1 049,42
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 142,25	40 546,47	0,00	1 009,33	42 834,51	0,00	1 049,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				40 448,37			42 598,05
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	234 406,45	228 258,10
Quotas e joias	1 500,00	1 680,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Serviços secundários	10.361,50	10.291,00
Total	246.267,95	240.229,10

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
ISS, IP – CENTRO DISTRITAL	169.006,59	165.615,64
AUTARQUIAS	1.125,00	0,00
OUTROS (IEFP)	6.254,90	9.054,34
Apoios do Governo		
Total	176.386,49	174.669,98

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram constituídos por 9 membros da Mesa Administrativa, 6 do Conselho Fiscal e 6 membros da Assembleia Geral. De um período para outro não se verificou a substituição de órgãos diretivos.

A Mesa Administrativa em 2015 era constituída pelo Provedor: Euclides da Cunha Santiago de Almeida, Vice-Provedor: António dos Santos Machado, Secretário: Mário da Silva Gaspar, (que mais tarde saiu e foi substituído pelo suplente António Ângelo Fernandes Monteiro) , Vice-Secretário: Carlos dos Santos Carreiras Faria, Tesoureiro: Carlos Gomes Tubarão, Vogais: António dos Santos Gaspar e Luís Carlos Monteiro da Costa e Suplentes: António Manuel Mendes Batista e António Ângelo Fernandes Monteiro.

Em 2016 manteve-se os membros da Mesa Administrativa.

O Conselho Fiscal em 2015 era constituído pelo Presidente: Abel Monteiro Faria, Secretários: Mário Mendes Garrote e Daniel Craveiro Garrote, Suplentes: Pedro Luís Mendes Nunes, Maria José Santos Saraiva de Sousa e Eduarda Chaves Pinto Gaspar.

Em 2016 manteve-se os membros do Conselho Fiscal.

Este é o mesmo
[Assinatura]

A Mesa da Assembleia Geral em 2015 era constituída pelo Presidente: António Gonçalves Honório Monteiro, Secretários: António Manuel Gaspar Machado e Armando Nunes Gaspar, Suplentes: Armando Ribeiro Tinoco e Carlos Augusto da Silva Alves

Em 2016 manteve-se os membros da Mesa da Assembleia Geral.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 25 e em 31/12/2015 foi de 25.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	202.393,89	198.884,73
Remunerações adicionais	11.981,88	10.846,35
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	796,23	0,00
Encargos sobre as Remunerações	47 055,61	44 670,26
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 289,60	1 914,67
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 174,35	742,34
Total	266 691,56	257 058,35

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Em 2016 a Instituição iniciou o projeto designado por Parque de Ajudas Técnicas. Este projeto visa melhorar a qualidade de vida da população idosa e de pessoas com necessidades especiais, residentes na freguesia de Tentúgal e concelho de Montemor-o-Velho.

Tem como objetivo combater o isolamento pessoal e social dos idosos e dependentes, preservando uma autonomia e ligação aos espaços que lhes são necessários, pondo à sua disposição equipamento capaz de promover o estatuto do deficiente.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	299,80	220,67
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	299,80	220,67

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	1 178,00	1 140,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	1 178,00	1 140,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	7.104,60	18 355,01
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes		
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes	14.136,51	
Total	21.241,11	18.355,01

Devido à necessidade de informação para a gestão da Instituição, criou-se a conta 217 – Clientes e Utentes – Cobrança Duvidosa., com o objetivo de evidenciar os utentes que passam a estar em mora, ainda antes de se verificar evidências objetivas para se considerar que existe um risco real de incobrabilidade. Iniciaram-se as tentativas de cobrança.

Na conta 2117 – utentes, existe um valor a crédito resultante de uma nota de crédito emitida em dezembro, após o pagamento por parte da utente, sendo a situação regularizada no exercício seguinte.

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	714,43	628,83
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Outros Instrumentos Financeiros (TVI - Televisão Independente, S.A)	99,76	99,76
Total	814,19	728,59

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.852,05	2.800,53
Rendas e Alugueres	332,10	332,10
Trabalhos especializados	258,38	165,13
Comunicações	113,23	96,56
Limpeza, higiene e conforto	43,46	43,46
Outras despesas	205,55	0,00
Total	3.804,77	3.437,78

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	378,23	293,27
Depósitos à ordem	47.051,79	48.508,73
Depósitos a prazo	114.552,62	133.738,71
Outros		
Total	161.982,64	182.540,71

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	505.627,65	0,00	-3.385,94	502.241,71
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	505.627,65	0,00	-3.385,94	502.241,71

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	2.967,77	4.044,43
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	2.967,77	4.044,43

Handwritten signature and date:
 27 de Dezembro
 [Signature]

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 711,01	2 974,43
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2 711,01	2 974,43
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.015,51	862,51
Segurança Social	5 190,17	5 002,91
Outros Impostos e Taxas	20,68	19,95
Total	6.226,36	5.885,37

17.10 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		38.850,09		38.908,62
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	38.850,09	0,00	38.908,62

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	176 386,49	174 669,98
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	1 873,96
Legados	0,00	0,00
Total	176 386,49	176 543,94

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exhaustiva na Nota 12.

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	30 281,59	25 853,68
Materiais	5 611,35	4 708,35
Energia e fluidos	30 103,11	31 627,10
Deslocações, estadas e transportes	497,30	266,56
Serviços diversos	29 501,64	31 383,94
Outros	1.634,18	670,56
Total	97.629,17	94.510,19

Este valor


17.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	2 831,81	3 785,19
Descontos de pronto pagamento obtidos	30,28	93,91
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	5,15	0,16
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	19 848,79
Outros rendimentos	19 473,03	2 365,79
Total	22 340,27	26 093,84

17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	229,50	43,29
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	715,15	1 394,21
Total	944,65	1 437,50

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 084,65	5 058,03
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	3 084,65	5 058,03
Resultados Financeiros	3 084,65	5 058,03

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

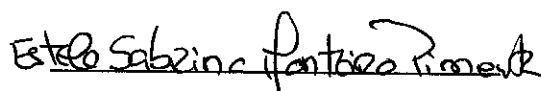
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Assembleia Geral da Irmandade em 26 de março de 2017.

Tentúgal, 26 de março de 2017

A Contabilista Certificada



A Direção

